

Educação e politicamente correto

Adilson Citelli¹

Para que um governo não tenha o direito de punir os erros dos homens, é necessário que esses erros não sejam crimes; eles só são crimes quando perturbam a sociedade; perturbam a sociedade a partir do momento em que inspiram o fanatismo. Cumpre, pois que os homens comecem por não ser fanáticos para merecer a tolerância

Voltaire, Tratado sobre a tolerância.

Em torno de um enunciado

O sintagma “politicamente correto” ganhou maior evidência na passagem dos anos 1980 a 1990, malgrado já fosse utilizado nas páginas da revista *New Left Review*, como identificador de manifestações discursivas que decorriam de um cenário histórico em andamento desde os anos 1960, expressas, por exemplo, nas lutas pelo reconhecimento das minorias, fossem sexuais, étnicas ou religiosas, na retomada e aprofundamento das questões afeitas aos gêneros, nos arranjos ou rearranjos das hegemonias políticas e de poder.

Um dos elementos importantes para a constituição da retórica “politicamente correta” foi o debate envolvendo os processos pós-coloniais e a consequente ampliação das ondas migratórias ocorridas na segunda metade do século XX e que permitiu o deslocamento dos modos de ser e existir expressos em crenças, línguas e traços culturais, cuja assimilação ou aceitação nem sempre ocorreu por parte dos países e regiões nos quais os estrangeiros se fixaram. Com a sua devida ponderação, a assertiva acima vale, também, para migrações que

1 Professor titular dos cursos de graduação e pós-graduação da Escola de Comunicações e Artes da USP, no Departamento de Comunicações e Artes. Autor, entre outros livros e artigos, de *Comunicação e Educação. A linguagem em movimento; Linguagem e persuasão, Linguagem, meios de comunicação e educação*. citelli@uol.com.br

acontecem no interior dos próprios países e mesmo nos conflitos de grupos e classes manifestados intensamente nas grandes cidades, a exemplo da caricatural “gente diferenciada” feita célebre por ter sido acionada por moradores da região de Higienópolis – máxima ironia – em São Paulo, que não queriam fosse ali instalada uma estação do metrô, que traria consigo, pressupostamente, pessoas pouco dignas de circular pelas ruas e praças do aprazível bairro habitado por segmentos sociais de maior poder aquisitivo.

A idéia da diferença como marca perturbadora das circunstâncias locais e das características sociais ou individuais, suscitou e continua suscitando dificuldade para a ocorrência de interações entre sujeitos provindos de lugares distintos – cuja amplitude biopolítica possa estar sendo mantida em alguns de seus configuradores – vem gerando, manifestações de preconceito, discriminação e xenofobia, não raramente traduzidas em violência física e atos de agressão simbólica, registradas, ademais, diariamente nas redes sociais, nos jornais, na televisão.

De algum modo, as dinâmicas pós-coloniais, a despeito de haverem ganhado outras dimensões, a exemplo das guerras regionais e dos conflitos intestinos que atravessam várias nações, prosseguem alimentando os deslocamentos populacionais, como se verifica presentemente, com destaque para o drama dos refugiados vivendo à sombra dos muros e alambrados das fronteiras de vários países europeus. As ondas de intolerância, hostilidade e não reconhecimento do outro, sendo nossas velhas conhecidas, tenderão a crescer.

No Brasil, consideradas as particularidades não afeitadas, exclusivamente, às diásporas fraqueadas pelo pós-colonialismo, também já assistimos reações violentas seja, por exemplo, aos haitianos, aos latino-americanos e mesmo aos nossos nordestinos, assim como às populações indígenas e demais grupos vítimas quer de agressões físicas quer de ataques através da internet, sempre a aumentar a caudal da intransigência e da negação da diferença. Tal situação ganhou força particular na corrente quadra histórica, tendo em vista a radicalização de um ambiente político, que trouxe consigo vozes e atos que pareciam envergonhados de se pronunciar, mas que, agora, no ânimo permitido pelo efeito de manada, apupam ex-ministros em hospitais, líderes populares em aeroportos, músicos em restaurantes; ainda não se registram impropérios dirigidos a morto exposto em velório ou xingamentos em cultos realizados por religiosos considerados esquerdistas ou defensores do casamento *gay*.

Existe, ademais, uma visível dificuldade para o reconhecimento das

identidades dos grupos humanos que buscam localizar-se na maré dos enormes movimentos migratórios, no mais das vezes motivados pelos próprios modos de o capital se reorganizar e as grandes potências redefinirem o seu lugar geopolítico no interior do jogo de forças internacionais. No bojo destes movimentos, e, muitas vezes, motivados pelas consequências que deles advieram ao longo de quase quatro décadas – reiteramos, em boa medida caudatários da questão pós-colonial – foram reforçados alguns dos temas situados na área semântica do “politicamente correto”, cuja expressão, e provavelmente resposta, mais evidente surge formulada na valorização dos temas ligados à dimensão multicultural e multiétnica, além dos aspectos já acentuados referentes aos gêneros, aos direitos das minorias, à defesa das causas LGBT, etc.

O sintagma de que estamos tratando, ganhou força, sobretudo nos Estados Unidos, colocando em circulação social uma agenda que vinculada ao amplo território da cultura e mesmo da contracultura, evidenciava uma luta político-discursiva centrada em temas que haviam sido postos à margem ou se encontravam subsumidos ao modo como o *establishment* os apresentava. O alargamento da discussão acabou por envolver forças mais ou menos conservadoras fixadas nos diferentes segmentos da sociedade civil, em especial nas Universidades, Partidos e grupos religiosos.

Nesse cenário, o “politicamente correto” pode ser entendido como resposta e tomada de posição pelas esquerdas (considerando o termo no contexto norteamericano) às formações discursivas conservadoras e mesmo à direita, no tangente aos problemas envolvendo as etnias, as relações de poder, o tratamento dos conflitos sociais, a orientação sexual, o papel da mulher, o lugar da religião, enfim, a uma pauta que terminou, até pelo estranhamento, sendo trazida ao debate público.

O que se irá assistir é, portanto, uma tensão interdiscursiva entre forças que buscaram/buscam explorar de modo mais ou menos positivo os campos de sentidos gerados em torno do sintagma “politicamente correto”. De certo modo, até pelos excessos caricatos que ensejavam a linguagem voltada à afirmação dos grupos postos em condição subalterna, foi constituída uma área de negatividade que investiu no tom acusatório e mesmo de desqualificação das lutas de emancipação daqueles grupos. Tal manobra discursiva destinada a esvaziar os significados últimos dos termos “político” e “correto” e as suas direções de uso, servia/serve de esclarecimento, para além das operações de linguagem, dos conflitos entre maneiras de ver e entender os constituintes sociais, na pluralidade

das convicções, ideologias, comportamentos, etc.

O que terminou por entrar em jogo foi, portanto, um mecanismo de disputa política – cujas ampliações assistimos até os dias correntes – com eventos de percurso ilustradores do radicalismo alcançado, como no conhecido episódio ocorrido na Universidade de Stanford. Em 1988, a prestigiosa instituição de ensino californiana fez uma mudança em sua grade curricular alterando o tradicional curso de Cultura Ocidental, que incluía leituras de Homero, Platão, Shakespeare, Nietzsche, etc. passando a chamá-lo de Culturas e Valores e adicionando uma bibliografia não restrita ao chamado cânone ocidental; dela passaram a fazer parte nomes como os do antilhano Frantz Fanon e da líder indígena guatemalteca Rigoberta Menchú, ambos envolvidos nas causas pela defesa das minorias e pela afirmação política dos povos marginalizados.

A reação do *establishment* foi rápida. O Partido Republicano, setores da imprensa e grupos conservadores, se esmeraram em atacar o que entendiam estar patrocinando o arrefecimento da cultura ocidental nas universidades americanas, visto que se objetivava matar, mais uma vez, pensadores como Homero, Platão ou Aristóteles. Apesar do exagero ensejado na afirmativa, vinha à luz, enfim, na dimensão máxima de sua claridade, a luta ideológica – e os inevitáveis interesses eleitorais e políticos – travestida em argumentos culturais e dinâmicas civilizatórias que estariam enfraquecendo os valores ocidentais. O multiculturalismo e o relativismo cultural passaram a ser identificados, sem mediações, com o “politicamente correto”, portanto algo a ficar na linha de fogo da desqualificação.

A resposta ao “politicamente correto”, que talvez tenha ganhado – e de forma um pouco tardia – forte aceleração em países como o nosso, se auto-intitula “politicamente incorreta”, produzindo, inclusive, livros e manuais dedicados a reescrever a história do Brasil, do continente latino-americano, o perfil de personagens que marcaram a vida pública pátria, e até mesmo a filosofia e a história econômica universal. *Blogs* e *sites* ajudam a compor este quadro midiático no qual a nova linha justa de análise e explicação dos eventos sociais, políticos, culturais, comportamentais, etc. ganha circulação. O andamento discursivo está, em seus configuradores gerais, baseado no combate às tendências libertárias, de esquerda e mesmo das liberais progressistas.

Em conflito ideológico claramente enunciado, cada conto pode representar a vitória de um ponto. Daí que os temas vinculados às etnias, à mobilidade

social, aos comportamentos, às características culturais ou religiosas, às escolhas políticas, possam ser caldeados para ordens discursivas que ou colocam um freio, por exemplo, nas piadas, palavras designadoras e expressões de tratamento consideradas agressivas (puta, gorda, negrinho, anão, aleijado, etc.) ou entendem como natural e parte da cultura, ou mesmo gesto censor, impedir, controlar, criticar tais avocações de linguagem. Esclarece-se o porquê de certos grupos conservadores ao deslegitimarem a retórica associada ao “politicamente correto” acabarem reiterando inflexões discriminatórias dando-as, simplesmente, como partes dos fluxos discursivos ordinários².

Seja como for, não se pode esconder o fato de assistirmos, no fundo, a um enlace entre signo e ideologia, linguagem e valor, mutáveis segundo os grupos de pressão e os lugares enunciativos que ocupam nas cadeias discursivas, esclarecendo, através das escolhas retóricas, a luta permanente que os enunciados “politicamente corretos ou incorretos” travam na construção de suas hegemonias, considerando, claro está, o contexto das sociedades, como a nossa, que não vivem sob a égide da ditadura e onde a liberdade de expressão encontra-se, no fundamental, garantida.

Em outros termos, do ponto de vista da pragmática comunicativa, estamos frente a uma questão discursivo-ideológica, logo, de reconhecimento da linguagem enquanto lócus de produção social de mensagens e que permite a constituição enunciativa de valores, conceitos e preconceitos. O esclarecimento último deste processo fica dependente das negociações a serem estabelecidas entre os sujeitos localizados nas cadeias interlocutivas, nos modos como serão transitados e apreendidos os temas e figuras instituidoras dos campos de significação dos discursos em seus variados mecanismos de circulação.

A despeito de estarmos diante de expressões opostas, entre o “politicamente correto e o incorreto”, o que se evidencia como problema de fundo é o mecanismo de tratamento do outro, vale dizer, dos procedimentos capazes ou não instituir os processos de alteridade. O conceito em tela está formulado não apenas como reconhecimento do outro, mas, também, como aceitação de um fundamental princípio de convivência, de interdependência entre os sujeitos, dado que existe óbvia impossibilidade de sermos o outro. As marcas da diferença não podem

2 À luz desta “dialética das negatividades” orientada por formações discursivas cujos sentidos só podem ser completados segundo o jogo entre linguagem e ideologia, é interessante retomar o conceito foucaultiano de interdição/palavra proibida (FOUCAULT, 1971).

funcionar, entretanto, como álibis para que as identidades sejam apagadas, tratando-se, antes, de promover os múltiplos vínculos singulares ou particulares que se projetam na totalidade dos sujeitos sociais; noutros termos, há que se expandir a idéia da outridade.

Talvez resida nesta perspectiva, a que se ancora na ativação dos procedimentos dialógicos, com vistas a alcançar a consciência da alteridade, uma alternativa para reduzir o nível de intolerância frente à diferença. E, neste caso, o “politicamente correto” serviu como provocação positiva, forçando a abertura de uma discussão extremamente relevante para a vida associada. Se isto foi transformado, como muitas vezes encontramos ressaltado, em manifestação autoritária, “verdadeira praga”, algo condenável e contestável, conforme os adversários ideológicos ditos “politicamente incorretos” é questão a merecer explicitação consoante os andamentos ideológicos que marcam as diversas formações discursivas em cena.

(In)correção política e educação

A digressão precedente envolvendo o “politicamente correto” tem o intuito de situar o assunto no âmbito da educação, considerada, aqui, sob a perspectiva escolar. Promover a formação educativa dos jovens, sobretudo quando estão em causa os ciclos básicos, implica mirar uma faixa de constituição da cidadania que precisa incluir os signos da tolerância e da convivência democrática. Isto é, o espaço educativo formal reúne plenas condições para facilitar o debate em torno dos valores que respeitem a dignidade humana e reconheçam a alteridade que não teme as interlocuções com a diferença.

Em declaração recente, o primeiro ministro francês Manuel Valls, juntamente com a ministra da educação Najat Vallaud-Belkacem, ambos de origem estrangeira, anunciaram um plano para lutar contra o ódio e a discriminação que vem atingindo fortemente a França. O massacre na redação do Charlie Hebdo, o atentado promovido pelos jihadistas do ISIS (Exército Islâmico, Daesh) em Paris, os ataques aos muçulmanos, judeus, imigrantes, etc., formam um caldo de cultura complexo que envolve inflexibilidade, sectarismo, elação (EICHENBERG, 2016).

O nacionalismo xenófobo e discricionário encontra neste ambiente,

através de organizações como a francesa Frente Nacional (ou assemelhadas que se espalham por outras partes do mundo, a exemplo da ampliação de grupos feitos à imagem e semelhança da Ku Klux Klan, nos Estados Unidos³), um frutuoso território para ampliar palavras de ordem em torno da defesa do que consideram os verdadeiros valores pátrios e, sobretudo, contra a ocupação de postos de trabalho e obtenção de direitos sociais por estrangeiros. Tomar este vetor discursivo e remetê-lo ao contexto do chamado “politicamente correto ou incorreto” pode ser ilustrativo da luta retórico-ideológica a que fizemos menção.

Para Manuel Valls, a resposta importante voltada a combater posições discricionárias e carregadas de intolerância⁴, deveria vir da educação, entendida como instância social que requisita, pelo fortalecimento das operações dialógicas, a aceitação do outro, da convivência múltipla, do respeito aos parâmetros democráticos.

Cabe lembrar que evento recente envolvendo a educação formal no Brasil, recolocou a luta ideológica em torno do “politicamente correto/incorreto” tendo como pretexto um livro de Português (RAMOS, 2011)⁵ dirigido ao ensino fundamental e supostamente dedicado a demonstrar que não há problema em falar ou escrever errado, neste caso, algo processado fora dos preceitos da

3 Em entrevista ao site R7, Lawrence Grant, um dos líderes da Igreja Nacional dos Cavaleiros da Ku Klux Klan (NCKKK, um dos maiores grupos dos EUA), afirmou: “Acreditamos na superioridade da raça branca, de origem européia e caucasiana. Não somos a favor da violência, queremos apenas que negros, hispânicos e homossexuais vivam entre eles e não se misturem com a gente”. Com voz pausada e fala articulada, o “reverendo” Grant, como é chamado dentro do grupo, diz acreditar que a imigração é totalmente desnecessária para os Estados Unidos: “Somos, sim, totalmente contra a onda de imigrantes ilegais que cruzam a fronteira do México, vêm para os Estados Unidos e fazem filhos aqui apenas para poderem pedir residência permanente”. Sobre os homossexuais, Grant é categórico, mas faz questão de ressaltar que não incita a violência”. O homossexualismo é uma abominação, uma violação do texto da Bíblia. Mas se esse tipo de gente escolhe viver dessa maneira, que vivam entre eles e não se metam com a tradicional família americana. Não prego a violência contra gays”. Disponível em: <http://noticias.r7.com/internacional/noticias/grupos-racistas-da-ku-klux-klan-crescemprotegidos-pela-constituicao-nos-eua-20110717.html>

4 A idéia de uma luta de civilização opondo, de um lado, os valores ocidentais e, de outro, a barbárie (entendido, aqui, como expressão do radicalismo islâmico, do terrorismo fanático, da barbárie) entra neste contexto de intensificação discricionária que só evidencia o crescendo dos ódios. Manifestação clara neste sentido veio do âncora William Waack, no jornal da Globo, comentando o dramático atentado corrido em 13 de novembro de 2015, em Paris: “Vamos chamar as coisas pelo nome: a França e suas vítimas são o lado da civilização, o lado de nossos valores. Os terroristas, o da barbárie”. O problema não reside em associar terrorismo e barbárie, mas em deixar subentendido que a civilização tem um lado, e este está vinculado aos “nossos valores”. Povos, países, civilizações que não tenham os “nossos valores”, ganham a parceria da barbárie, algo a ser combatido, inclusive pela força das armas, conquanto o efeito colateral deste procedimento venha a ser o bombardeamento de hospitais, a morte de civis inocentes, a ocupação indevida de territórios.

chamada língua culta e da gramática padrão ensinada na escola. Afora o festival de sandices que presidiu o bate-boca, em tentativas estapafúrdias de chamar João de José, a acusação dominante posta em circulação pela imprensa, era a de que os autores do livro desejavam dar continuidade ao “politicamente correto” que consistia em aceitar a fala “errada” como um novo paradigma expressivo para o ensino gramatical de nossa flor inculta e bela⁶.

O que se perdeu, aqui, foi o exercício da possível função educadora da escola, tendo em vista o abandono do problema central em tela atinente ao conceito de variabilidade linguística; restou a eterna miséria de posicionar o elemento pedagógico à luz do espetáculo, parte dele de largo agrado junto à imprensa. Já não se podia mais mostrar as diferentes modalidades de textos e falas, discutindo o conceito de pertinência, de estigmatização linguística, de exclusão/desqualificação dos sujeitos pelo verbo mal conjugado ou pelo acionamento impróprio de um pronome. A interdição do debate motivado pelo pressuposto de que estávamos diante de uma jornada “politicamente correta”, permitiu, em muitas frentes, o triunfo do “politicamente incorreto”. Este pressionou de todas as maneiras, em incontáveis editoriais indignados e reportagens estampadas em jornais e programas de televisão, no sentido de, simplesmente, negar a reflexão acerca de um componente que marca a linguagem cotidiana, promovendo, conseqüentemente, acerba campanha para excluir o referido livro didático do rol dos materiais a serem utilizados em sala de aula.

Seguindo a mesma linha poderiam ser agregados outros exemplos, bastando o conhecido diz-que-diz em torno do kit gay, assim chamado para exatamente desmoralizar, sob o império de interesses político-eleitorais e uma religiosidade oportunista, o programa Brasil sem homofobia/Escola sem homofobia, voltado a combater a violência e o preconceito contra os grupos LGBT. Escusemo-nos de tratar do Projeto de Lei, ainda em tramitação no Congresso Nacional, obrigando as escolas a ensinarem o criacionismo/design inteligente, como forma de promover um determinado ideário moral/religioso; ou mesmo do barulho patrocinado por certos movimentos de pais e associados objetivando a penalizar professores que não ministra com a devida “objetividade” os conteúdos escolares.

6 Para acompanhar parte da longa discussão travada em torno do livro, ler o conjunto de textos reunidos em: http://www.globoeditora.com.br/pdf/por_uma_vida_melhor.pdf. A inserção, nos buscadores digitais, de palavras e expressões-chaves como: livro usado pelo MEC ensina a falar errado; livro ensina português errado; etc. trará enorme quantidade de textos que condenam o “atentado praticado contra o idioma”.

Como se verifica, a educação formal, também se ressentida das lutas discursivo-ideológicas que representam os jogos de pressões e contrapressões exercidas por setores sociais que ganham os epítetos de “politicamente correto” ou “incorreto”. Atente-se, contudo, que para além de estereótipos, modelos, símiles e slogans, a educação deve ser um lugar formativo, logo o menos infensa possível às interdições, censuras, preconceitos, intolerâncias, discriminações, desenvolvendo a sua vocação para estimular os processos de análise, reflexão, formulação e crítica, tendo em mira garantir a tolerância, a abertura dialógica e o respeito aos princípios republicanos.

Referências Bibliográficas

EICHENBERG, Fernando. “França lança plano de 100 milhões de euros para combater racismo”. *Online*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/franca-lanca-plano-de-100-milhoes-para-combater-racismo-15904571>. Acessado em 05 Jan. 2016.

FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*. Paris, Gallimard, 1971.

RAMOS, Heloisa. *Por uma vida melhor*. Coleção Viver, Aprender. Global Editora, 2011.

VOLTAIRE. *Tratado sobre a tolerância*. São Paulo, Folha de S. Paulo, 2015.